

## CONSELHEIROS

Joaquim Kennedy Nogueira Barros  
(Presidente)

Abelardo Pio Vilanova e Silva

Waltânia Maria N. de S. Leal Alvarenga

Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins

Kleber Dantas Eulálio

Flora Izabel Nobre Rodrigues

Rejane Ribeiro Sousa Dias

## CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Jaylson Fabianh Lopes Campelo

Delano Carneiro da Cunha Câmara

Jackson Nobre Veras

Alisson Felipe de Araújo

## PROCURADORES

Plínio Valente Ramos Neto  
(Procurador-Geral)

Leandro Maciel do Nascimento  
(Subprocurador-Geral)

José Araújo Pinheiro Júnior

Márcio André Madeira de Vasconcelos

Raissa Maria Rezende de Deus Barbosa

**Secretária de Processamento e Julgamento**  
Marta Fernandes de Oliveira Coelho

## SUMÁRIO

MEDIDAS CAUTELARES.....02

ATOS DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA .....03

## ACOMPANHE AS AÇÕES DO TCE-PIAÚ

 [www.tcepi.tc.br](http://www.tcepi.tc.br)

 [www.youtube.com/user/TCEPiaui](https://www.youtube.com/user/TCEPiaui)

 [facebook.com/tce.pi.gov.br](https://facebook.com/tce.pi.gov.br)

 @tcepi

 @tce\_pi

TERESINA - PI, Disponibilização: Sexta-feira, 02 de janeiro de 2026  
Publicação: Segunda-feira, 05 de janeiro de 2026  
(Resolução TCE/PI nº 18/11 de 11 de novembro de 2011)

## MEDIDAS CAUTELARES

TC/015992/2025

## RECURSO DE AGRAVO

REF. AO TC 015954/2025 E REF. AO TC/015596/2025 (DENÚNCIA C/C PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR REF. A IRREGULARIDADE NO PREGÃO ELETÔNICO Nº 04/2025 – LOTE 1)

AGRAVANTE: EMPRESA ASSERTIVA ENGENHARIA LTDA

AGRAVADA/UNIDADE GESTORA: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ (SEDUC/PI) – EXERCÍCIO 2025

RELATOR DE PLANTÃO: CONSELHEIRO PRESIDENTE JOAQUIM KENNEDY NOGUEIRA BARROS (ART. 87, § 1º, DA LEI ORGÂNICA DO TCE/PI – LEI Nº 5.A/09 E ART. 453 DO RI/TCE-PI)

DECISÃO MONOCRÁTICA Nº 001/2026-GP

## I – RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Agravo (peça 1) previsto ao teor dos arts. 405, IV e 436, I, do RI/TCE-PI que maneja a Empresa Assertiva Engenharia Ltda. em face da Decisão Monocrática nº 02-GP proferida em sede de plantão nos autos do TC/015954/2025 e que indeferiu pedido de medida cautelar no âmbito da Denúncia veiculada nos autos do TC/015596/2025.

A Agravante alega, em sede de razões recursais, a ocorrência de urgência no caso narrado e formula pedido de retratação da decisão recorrida nos autos do TC 015954/2025 e seja concedida medida cautelar determinando a suspensão imediata do Concorrência Eletrônica nº 04/2025, Lote 1, levada a efeito pela Secretaria de Estado da Educação do Piauí ou subsidiariamente medida liminar para impedir a homologação e a adjudicação do objeto, com assinatura de qualquer contrato, até o julgamento de mérito pela Relatora natural da denúncia.

A Diretoria de Fiscalização de Licitações e Contratações, consoante Relatório de peça 10, assevera que:

[...] à luz dos elementos disponíveis até o presente momento, não se evidenciam fundamentos suficientes para reforma integral da decisão recorrida, tampouco para a concessão da medida cautelar nos moldes originalmente pretendidos, consistente na suspensão total e imediata da Concorrência Eletrônica nº 04/2025 – Lote 1.

Contudo, considerando a pendência de contraditório oportunizado pela Relatora natural, a suspensão dos prazos processuais perante esta Corte entre 22/12/2025 e 20/01/2026, e a necessidade de evitar risco à utilidade do controle externo sem desproporcional restrição à atividade administrativa, entende-se cabível a modulação preventiva dos efeitos da decisão, por meio de proteção mínima e proporcional, nos seguintes termos:

Determinar à Secretaria de Estado da Educação do Piauí (SEDUC/PI) que se abstenha de praticar atos de adjudicação e homologação, bem como não celebre quaisquer contratos decorrentes da Concorrência Eletrônica nº 04/2025 – Lote 1, até manifestação desta Corte ou até o encerramento do prazo concedido para apresentação das informações administrativas, sem prejuízo da continuidade dos atos instrutórios internos necessários à regular formação das propostas.

II. Fixar prazo de 48 horas para manifestação preliminar da SEDUC/PI, por meio do seu Gestor, sobre os fatos narrados no agravo, considerando o regime excepcional imposto pela suspensão dos prazos processuais no TCE/PI.

É o que basta para relatar.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

Antes de adentrar o mérito propriamente dito, impõe-se a reavaliação do entendimento anteriormente adotado, à luz dos elementos supervenientes constantes dos autos.

Com efeito, a decisão monocrática inicialmente proferida refletiu, de forma adequada, o contexto fático e jurídico então disponível, sobretudo no que se refere à preservação da competência do órgão julgador natural e à observância do contraditório, mediante a determinação de oitiva prévia da autoridade administrativa responsável.

Todavia, o aprofundamento da instrução técnica, consubstanciado no Relatório elaborado pela Diretoria de Fiscalização de Licitações e Contratações, bem como a consideração do regime excepcional de suspensão dos prazos processuais no âmbito desta Corte, revelaram circunstâncias adicionais relevantes, aptas a ensejar nova ponderação sobre os riscos à utilidade do controle externo.

Nesse cenário, sem que se configure qualquer contradição, instabilidade decisória ou desautorização do entendimento anteriormente firmado, mostra-se juridicamente adequado modular os efeitos da decisão inicial, adotando-se providência cautelar de caráter preventivo, proporcional e temporário, suficiente para resguardar o interesse público, evitar a consolidação de situação fática irreversível e assegurar a efetividade da atuação desta Corte de Contas.

A presente reavaliação, portanto, decorre do legítimo exercício do poder-dever de autotutela, orientado pelos princípios da razoabilidade, da segurança jurídica e da eficiência do controle externo, sem prejuízo da validade dos atos já praticados e da regular condução do processo pelo órgão julgador natural.

Merece destaque o Relatório da Diretoria de Fiscalização de Licitações e Contratações, que se apresenta tecnicamente consistente e alinhado aos princípios que regem o controle externo contemporâneo, notadamente a proporcionalidade, a razoabilidade e a preservação da continuidade administrativa.

A sugestão da Unidade Técnica revela-se especialmente adequada ao contexto dos autos, pois afasta soluções extremas, ao mesmo tempo em que resguarda a efetividade da atuação fiscalizatória do Tribunal, evitando que o decurso do tempo, aliado à suspensão dos prazos processuais, venha a esvaziar o objeto do controle.

Nesse ponto, importa consignar que a medida ora adotada não desautoriza, nem invalida, o ato praticado pelo órgão julgador natural, que corretamente determinou a citação da autoridade responsável no âmbito do TC/015596/2025, observando o contraditório e a ampla defesa.

Ao contrário, a presente decisão prestigia o princípio da razoabilidade, ao preservar a decisão anterior, sem prejuízo de adotar providência cautelar mínima, proporcional e temporária, necessária à salvaguarda do interesse público e da utilidade do processo de controle externo.

Ressalte-se, ainda, que a cautelar ora deferida não prejudica os atos administrativos já praticados, tampouco interfere na fase interna do procedimento licitatório, limitando-se a impedir a homologação, a adjudicação e a contratação, evitando a consolidação de situação fática potencialmente irreversível antes da manifestação desta Corte.

Diferentemente do que sustentado pela Unidade Técnica quanto à extensão do pedido inicial, entendo que a medida cautelar ora acolhida atende, sim, ao pedido formulado no TC/015596/2025, na medida em que impede, de forma concreta, a homologação, a adjudicação e a contratação do objeto licitado, preservando a utilidade do controle e o resultado útil do processo.

### III – DA RETRATAÇÃO (ART. 438 DO REGIMENTO INTERNO) E DISPOSITIVO

Diante do exposto, no exercício do juízo de retratação, nos termos do art. 438 do Regimento Interno do TCE/PI, e considerando tratar-se do mesmo órgão julgador, atuando no exercício das atribuições previstas no art. 87, § 1º, da Lei Orgânica do Tribunal (Lei nº 5.888/2009) e no art. 453 do Regimento Interno, reconsidero a Decisão Monocrática nº 02-GP, proferida nos autos do TC/015596/2025, para acolher a recomendação da Diretoria de Fiscalização de Licitações e Contratações.

Diante de todo o exposto, DECIDO:

1. **DETERMINAR** à *Secretaria de Estado da Educação do Piauí – SEDUC/PI* que se abstenha de praticar atos de homologação e adjudicação, bem como não celebre quaisquer contratos decorrentes da *Concorrência Eletrônica nº 04/2025 – Lote 1*, até manifestação desta Corte ou até o encerramento do prazo concedido para apresentação das informações administrativas e ulterior decisão da *Conselheira Relatora Natural do TC/015596/2025*, sem prejuízo da continuidade dos atos instrutórios internos necessários à regular formação das propostas;
2. **CONSIDERAR prejudicado o Recurso de Agravo**, nos termos do § 1º do art. 438 do *Regimento Interno do TCE/PI*, em razão da presente retratação.

Notifique-se os interessados, publique-se e cumpra-se.

Datado e assinado eletronicamente.

Cons. Presidente Joaquim Kennedy Nogueira

Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí

Relator de Plantão (art. 87, § 1º, da Lei Orgânica do Tribunal - Lei nº 5.888/2009 e art. 453 do Regimento Interno)

## ATOS DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA

### EXTRATO DO CONTRATO N.º 65/2025 - TCE/PI

#### (REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO)

##### PROCESSO SEI 106734/2025

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUI (CNPJ: 05.818.935/0001-01);  
CONTRATADA: MCR Sistemas e Consultoria Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.198.254/0001-17.  
OBJETO: Aquisição de licenças de softwares de design gráfico, com direito de atualização e suporte, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo I do Edital de Licitação nº 90001/2024 realizado pela União, por meio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.  
PRAZO DE VIGÊNCIA: 36 (trinta e seis) meses, para as licenças de subscrição de 36 (trinta e seis) meses (item 02 – Grupo 01), contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.  
VALOR: R\$ 14.188,50 (quatorze mil cento e oitenta e oito reais e cinquenta centavos).  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: I – Unidade Orçamentária: 02101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO; II - Fonte de Recursos: 500 - Recursos não Vinculados de Impostos; III - Programa de Trabalho: 01.032.0114.2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE; IV. Natureza de Despesa: 339040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica; V. Nota de Empenho: Nota de Empenho 2025NE0185 emitida em 19/12/2025.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 14.133/2021 (Adesão a Ata de Registro de Preços nº 40/2024, do Pregão Eletrônico nº 90001/2024 realizado pela União, por meio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos).  
DATA DA ASSINATURA: 23 de dezembro de 2025.

### EXTRATO DO CONTRATO N.º 66/2025 - TCE/PI

##### PROCESSO: SEI 105628/2025

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUI (CNPJ: 05.818.935/0001-01);  
CONTRATADA: RESOLVE LIMPEZA AMBIENTAL LTDA - CNPJ/MF sob nº 15.201.985/0001-90.  
OBJETO: Prestação de serviços contínuos de coleta, transporte e disposição final de resíduos sólidos gerados pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí, nas condições estabelecidas no Termo de Referência - TR.  
PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato terá vigência inicial de 12 meses, contado de 15/01/2026, podendo ser prorrogado, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.  
VALOR: R\$ 2.184,00 (dois mil cento e oitenta e quatro reais).  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão Orçamento 02 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO; Unidade Orçamentária 02101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO; Programa de Trabalho 01.032.0114.2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE; Natureza da Despesa 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. Nota de Empenho 2025NE01877 emitida em 23/12/2025.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.  
DATA DA ASSINATURA: 30 de dezembro de 2025.